

Inteligência

O ARTIGO do anteprojeto de Constituição que veda a aplicação de recursos públicos em entidades com fins lucrativos tem o defeito de ser vago demais.

SERIA considerado dinheiro público o imposto de Renda que alguém deixa de pagar para investir em atividades culturais? A lógica manda que essa interpretação — que implicaria a revogação da Lei Sarney — não seja aceita. Mas o texto legal deveria fazê-lo explícito.

E QUANTO a órgãos como a Embrarfilme, o Inacen (dedicado às artes cênicas) e o Instituto Nacional do Livro? Todos repassam verbas públicas para pessoas e empresas privadas. Fechar essa torneira poderia fazer secar a produção cultural no País, em áreas importantes. Em cada caso, a lei ordinária pode proteger o Estado do risco de ser um mecenas generoso demais, sem lhe proibir o papel de incentivador da cultura.

EM SUMA, tudo depende da inteligência do texto constitucional.

Governo, PDT e PT podem combater juntos o distrital

BRASÍLIA — O Líder do Governo, Carlos Sant'Anna, vai negociar com os Líderes do PDT e PT o apoio do grupo presidencialista ligado ao Palácio do Planalto contra a adoção do voto distrital, em troca da adesão destes partidos à Emenda Theodoro Mendes. O Líder do PDT, Brandão Monteiro (RJ), confirmou as negociações, mas disse que a emenda do Governo terá que sofrer alterações. Ele não concorda, por exemplo, com a moção de censura apenas aos ministros civis e com a regulamentação do decreto-lei.



Sant'Anna: pela Emenda Theodoro

Brandão Monteiro conversou rapidamente com Sant'Anna no plenário, mas ficou acertado um encontro mais demorado entre os dois, para a análise das propostas do PDT e do Governo. Já o Vice-Líder do PT, José Genoíno (SP), conversou com o Líder do PFL na Câmara, José Lourenço, para fazer a mesma proposta de manutenção do voto proporcional.

Sant'Anna reconheceu que os três votos do PDT e os dois do PT na Sistematização são fundamentais para a vitória do presidencialismo. Assim, está disposto a fazer concessões. Para começar, promete o apoio ao voto proporcional. Também admite rever a questão do decreto-lei.

Pelo texto atual, a Emenda Theodoro prevê que o decreto-lei terá vigência imediata, devendo ser apreciado pelo Congresso em 60 dias. Poderá ser emendado, rejeitado ou aprovado, mas a rejeição não implicará a nulidade dos atos que se formaram durante a sua vigência. Para atenuar os poderes do Executivo, Sant'Anna admite incluir uma norma que permita ao Congresso suspender preliminarmente os efeitos do decreto-lei até que o mérito seja julgado.

Brandão Monteiro aceita esta saída, mas também cobra a moção de censura aos ministros militares, inotocáveis pela Emenda Theodoro. A

mesma cobrança é feita pelo Deputado José Genoíno, mas Sant'Anna não demonstra a mesma disposição para negociar esta questão.

Monteiro e Genoíno disseram que não estão envolvidos em nenhuma "negociata", pois sempre defenderam o presidencialismo.

— Não podemos tirar do povo o direito de eleger um Presidente com plenos poderes. A Constituinte não tem legitimidade para isto. Seria uma grande frustração — explicou Genoíno.

Mas o PT pode enfrentar um problema na próxima semana: alguns deputados parlamentaristas, como Plínio de Arruda Sampaio (SP), pediram a liberação da bancada na votação sobre sistema de Governo. Como Plínio é um dos petistas da Sistematização, a bancada ficaria dividida. A decisão final será tomada na reunião do Diretório Nacional, nos dias 19 e 20 deste mês. No dia 21 começa a votação na Sistematização.

Os Líderes do PT e do PDT parecem firmemente interessados na manutenção do voto proporcional. O distrital, segundo Brandão Monteiro, é anti-democrático porque "municipaliza o Congresso e dificulta o fortalecimento dos pequenos partidos".

Ulysses mostra a Sarney as tendências pelos sistemas

BRASÍLIA — O Presidente Sarney e o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, devem se encontrar nas próximas horas para analisar o pensamento da Constituinte sobre o sistema de Governo, a partir de um levantamento informal feito por todos os partidos dentro de suas respectivas bancadas e que já está com o Presidente do PMDB.

Ulysses não quis adiantar o resultado preciso da pesquisa. Mas o levantamento feito dentro da bancada do PMDB na Câmara — que é o partido majoritário — pelo Líder Luís Henrique demonstra uma acentuada preferência pelo sistema parlamentarista: são 120 votos contra 70 dos que optaram pelo presidencialismo. Dos 69 restantes, uma parcela não quis se pronunciar, outra está indecisa e alguns parlamentares não foram encontrados.

Segundo análise de um peemedebista, entre os indecisos e os que não quiseram revelar seu ponto de vista sobre o sistema de Governo estão aqueles que são parlamentaristas por convicção, mas não querem divulgar seu voto para evitar uma eventual pressão por parte do Palácio do Planalto.

A bancada do PMDB no Senado, que ainda não foi totalmente ouvida, também se inclina pelo sistema par-

lamentarista, mas o Líder Fernando Henrique Cardoso ainda não dispõe de um quadro preciso.

O partido que percentualmente dá mais votos para o sistema de Gabinete é o PDS: quase 90 por cento de sua bancada na Câmara vota pelo parlamentarismo. São 27 votos contra dois favoráveis ao presidencialismo, dois indecisos e um monarquista. No Senado, de uma bancada de cinco, dois são parlamentaristas.

O PFL não fez um levantamento formal de suas bancadas sobre o sistema de Governo. Segundo a análise do seu Líder na Câmara, José Lourenço, 90 por cento dos votos do partido — 120 de uma bancada de 133 — votará pelo presidencialismo. Mas os números apresentados por Lourenço são contestados dentro da própria bancada: o Deputado Alcení Guerra (PR), por exemplo, computado pelo líder como presidencialista, garante que votará na proposta parlamentarista.

Os parlamentaristas identificam votos favoráveis ao sistema de Gabinete até mesmo dentro dos partidos que têm candidatos potenciais à Presidência da República e, por isso, são computados como os maiores votantes do presidencialismo: o PT e o PDT.

Pefelistas vão a Sarney defender parlamentarismo

BRASÍLIA — Um grupo de constituintes do PFL irá nos próximos dias ao Palácio do Planalto tentar convencer o Presidente José Sarney a aceitar a instituição do parlamentarismo, seja de forma gradativa ainda durante seu mandato ou para vigorar somente no próximo Governo. O Vice-Líder do partido na Câmara, Deputado Alcení Guerra (PR), disse que o Presidente está recebendo de suas lideranças no Congresso "informações erradas sobre o total de parlamentaristas da Comissão de Sistematização".

— Ele está sendo enganado pelos seus informantes, que estão subestimando o número de parlamentaristas. Além disso, a defesa que vem fazendo do presidencialismo está causando constrangimento aos parlamentaristas que gostam dele.

Segundo Alcení, exemplo de informação equivocada lhe foi oferecido pelo Líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), para quem apenas três pefelistas da Comissão de Sistematização estão "fechados" com o parlamentarismo.

— Na realidade, somos nove — disse ele, contando, além de seu voto, os de Carlos Chiarelli, Afonso Arinos, Marcondes Gadelha, José Lins, José Jorge, Arnaldo Prieto, Sandra Cavalcanti e Mendes Thame. Alcení frisou que "apesar dos constrangimentos, nenhum parlamentarista mudará de voto".

Ontem, em reunião com a presença dos Senadores Chiarelli e Gadelha e dos Deputados Arnaldo Prieto e Alcení Guerra, todos parlamentaristas e integrantes da Comissão de Sistematização, foi definida uma estratégia de trabalho pela mudança de sistema: o grupo decidiu se unir em torno da emenda de Chiarelli, que prevê o parlamentarismo pós-Sarney, mas abre a possibilidade de sua implantação gradual ainda no atual Governo.

Emenda de Nélson aglutina mais os parlamentaristas

BRASÍLIA — Para evitar qualquer dispersão nos votos que asseguram na Comissão de Sistematização, os parlamentaristas tentam unir suas forças em torno da emenda do Senador Nélson Carneiro (PMDB-RJ). A proposta muda o sistema de Governo na data da promulgação da nova Constituição e dá poderes ao Presidente da República para exonerar o Primeiro-Ministro em casos excepcionais.

Na opinião do Deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), o Governo terá um trabalho maior para aprovar sua proposta de presidencialismo, porque precisará derrubar a proposta do Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), que já se manifestou favorável à emenda de Nélson Carneiro. Para o Deputado pernambucano, a maior preocupação do grupo parlamentarista é assegurar a aprovação da mudança do sistema de Governo. Só depois começa a conversa sobre as disposições transitórias — que definirão o tempo de duração da transição de um sistema para o outro.

Egidio acredita que o Governo ainda está interessado em manter o diálogo, pois considera a tese do parlamentarismo irreversível. Informou que, numa conversa recente com Sarney, este lhe disse estar mais voltado para o que considera seu dever: "institucionalizar o País e viabilizar a democracia".

Já o Senador José Fogaça (PMDB-RS) considera que a defesa do presidencialismo está sendo feita por uma minoria de constituintes ligada aos militares, ao Planalto e ao ex-Governador Leonel Brizola. Em sua opinião, este grupo não conta com 280 votos para derrubar o parlamentarismo. Fogaça tem a certeza de que o novo sistema de Governo será aprovado pela Sistematização. Em conversa pelo telefone com o Relator Bernardo Cabral, ele soube que a



Nélson Carneiro: ponto de união

proposta a ser apresentada no novo substitutivo será a do Senador Nélson Carneiro.

Para Fogaça esta é a sugestão "mais palatável" e poderá contar com a simpatia do Governo por dar mais poderes ao Presidente do que a proposta do parlamentarismo puro.

As principais divergências entre os parlamentaristas giram em torno dos poderes do Presidente, a forma de sua eleição e a dissolução da Câmara. O grupo pretende garantir a aprovação, na Sistematização, do novo sistema de Governo, e para isso pretende buscar um entendimento sobre as propostas já apresentadas.

O Deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG) não concorda com a proposta de Nélson Carneiro porque ela permite a demissão do Primeiro-Ministro pelo Presidente. Ele quer também a dissolução da Câmara de maneira menos complicada: pela emenda de Nélson, a Câmara só é dissolvida depois de três tentativas frustradas de indicação do Primeiro-Ministro, duas pelo Presidente e uma pelo próprio Parlamento.

Norte, Nordeste e Centro-Oeste obtêm vitória

BRASÍLIA — As bancadas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste conseguiram ontem aumentar de dois para três por cento a participação adicional destas regiões no Fundo de Participação dos Estados. Depois de muita discussão, na reunião realizada no Instituto Israel Pinheiro, o Relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, concordou em alterar o artigo 213 do capítulo sobre o sistema tributário, para atender à reivindicação dessas bancadas, majoritárias na Constituinte.

Cabral acolheu ainda, no mesmo capítulo, emenda do Deputado Afif Domingos (PL-SP), que obriga a discriminar nas embalagens e rótulos dos produtos industrializados todos os tributos que incidem no preço final da mercadoria.

— Esta é uma forma de garantir ao consumidor conhecer os motivos que elevam tanto o preço final dos produtos que consome. Além disso, torna transparente a atuação do Governo no setor tributário, identificando os instrumentos utilizados pela União para compensar os rombos em seus orçamentos.

A reunião para tratar do capítulo do sistema tributário foi a mais tensa desta segunda fase de negociações, diante da intransigência dos constituintes Sul e Sudeste em não admitir o aumento pretendido pelos demais. Estes, então, ameaçaram derrubar, em contrapartida, o parágrafo 1º do artigo 209, de interesse dos grupos do Sul e Sudeste e que permite aos estados e ao Distrito Federal instituir um "adicional ao imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, até o limite de 5% do valor do imposto devido à União por pessoa física ou jurídica domiciliada ou residentes nos respectivos territórios". O dispositivo acabou sendo mantido, por acordo, como está no atual anteprojeto.

Cabral pede compreensão por não ir a todas as sessões

BRASÍLIA — O Relator Bernardo Cabral compareceu ontem à Comissão de Sistematização para explicar sua posição e pedir compreensão para o fato de não estar presente a reuniões e trabalhar fora do prédio do Congresso. Ele concordou com a procedência da reclamação dos membros da Comissão, que desejam tê-lo no plenário para ouvir a defesa de emendas, mas disse que não poderá comparecer a todas as sessões.

A discussão da atuação de Cabral ocupou a Comissão de Sistematização por dois dias consecutivos. O Relator afirmou que não pode cumprir a decisão tomada anteontem por seus colegas, pela qual deveria estar presente a todas as reuniões de apresentação de emendas, embora reconheça que isso seria o ideal.

— Sou apenas um ser humano. Vio correndo. Não durmo direito — explicou.

Cabral garantiu que o Instituto Israel Pinheiro, situado no Lago Sul, onde vem se reunindo com os relatores adjuntos, líderes e o Deputado Ulysses Guimarães para fazer seu substitutivo, está aberto a todos os constituintes. E lembrou que não há no Regimento Interno dispositivo obrigando o Relator a comparecer a todas as reuniões ou a trabalhar sempre no prédio do Congresso.

O Líder do Governo, Carlos Sant'Anna, voltou a criticar a posição de Bernardo Cabral, afirmando que, enquanto a Comissão tinha suas reuniões cada vez mais esvaziadas, os verdadeiros constituintes se reúnem "nos ermos da Ermida Dom Bosco" (ao lado do Instituto Israel Pinheiro). Também fizeram restrições à atuação do Relator Gerson Peres (PMDB-PA), Nilson Gibson (PMDB-PE) e José Genoíno (PT-SP).

Mas o Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas, assistiu à reunião sem pedir a palavra.



Relator diz que nem dorme direito

No fim, disse aos jornalistas que considerava absurdas as críticas a Cabral, explicando que num prazo curto de oito dias, com 14 mil emendas para examinar, ele tinha o direito de procurar um local afastado das pressões e solicitações do Congresso para poder trabalhar. Covas afirmou que, do ponto de vista regimental, esta é uma fase de trabalho individual do Relator. Lembrou ainda que, quando saiu o primeiro substitutivo, que foi mal recebido, todos o debitaram a Cabral; agora que não se trata mais de apenas compatibilizar o trabalho das Comissões, mas de realmente inovar, quer se tirar o privilégio do Relator.

Para tentar contornar a situação, o Senador José Fogaça (PMDB-RS) foi indicado para ser Relator Substituto, fazendo a ponte entre o Instituto Israel Pinheiro e a Comissão de Sistematização e atuando em nome de Cabral, se necessário. A reunião da tarde acabou sendo suspensa em respeito ao falecimento do Ministro Marcos Freire, ex-Deputado Federal e ex-Senador.

Computadores fornecem, no Rio, a quem quiser, dados sobre a nova Carta

Entre a Praça Mauá e a Avenida Presidente Vargas, a cerca de 1.200 quilômetros do prédio do Congresso Nacional em Brasília, onde funciona a Assembleia Nacional Constituinte, qualquer pessoa, do Rio ou de fora, pode obter diariamente informações sobre o andamento dos trabalhos de elaboração da nova Carta. Computadores sempre atualizados mostram em que ponto estão as discussões sobre questões como a reforma agrária, os direitos dos trabalhadores, o regime de governo, o mandato presidencial, o sistema eleitoral e centenas de outros temas em debate.

Essas facilidades são possíveis graças ao trabalho do Centro Pró-Memória da Constituinte, onde estão arquivados vídeos sobre as Constituições brasileiras, emendas populares encaminhadas à Comissão de Sistematização e o controvertido anteprojeto do Relator

Bernardo Cabral. Os computadores do Pró-Memória apontam também a amplitude das emendas populares. As que propuseram a reforma agrária conseguiram, por exemplo, 1.528.038 assinaturas, enquanto as relativas à educação atingiram a 1.202.807 adesões.

Por Cz\$ 50,00 consegue-se um exemplar do anteprojeto de Bernardo Cabral. Com paciência, pode-se pesquisar Constituições de vários países. Depoimentos de constituintes de 1946, entre os quais o do romancista Jorge Amado, ajudam a compreender o liberalismo predominante no período posterior ao Estado Novo.

Coordenado por Elizabeth Sussekind, esse trabalho está à disposição do público das 9 às 18 horas, no Centro Pró-Memória da Constituinte, situado na avenida Rio Branco 44, andar térreo.